



123



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0197282-9 – 1ª Vara da Comarca de Arcoverde-PE.**  
**APELANTE:** Rosineide da Silva Bezerra

**APELADO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. RENATO DA SILVA FILHO

**RELATOR:** DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** DES. MAURO DE ALENCAR BARROS

**ÓRGÃO JULGADOR:** SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

57M EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. APELAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA. DECISÃO CONDENATÓRIA DO JÚRI. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA.

1. Existe nos autos suporte probatório para a tese acolhida pelo Conselho de Sentença, fato que afasta a alegação de julgamento manifestamente contrário à prova dos autos;
2. Na análise da dosimetria, constatou-se que a pena foi fixada no mínimo legal;
3. Recurso conhecido e não provido à unanimidade, sendo mantidas todas as determinações contidas na sentença.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0197282-9, em que são partes às acima mencionadas. Acordam, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, tudo de acordo com o voto em anexo, que passa a integrar este acórdão.

Recife, 05 de maio de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



124



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

**'APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0197282-9 – 1ª Vara da Comarca de Arcoverde-PE.**  
**APELANTE:** Rosineide da Silva Bezerra  
**APELADO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. RENATO DA SILVA FILHO  
**RELATOR:** DES. ANTONIO DE MELO E LIMA  
**REVISOR:** DES. MAURO DE ALENCAR BARROS  
**ÓRGÃO JULGADOR:** SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

**RELATÓRIO**

Apela Rosineide da Silva Bezerra, já qualificada nos autos, da decisão do Tribunal do Júri da 1ª Vara da Comarca de Arcoverde-PE, que a condenou pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, inciso II, c/c art. 14, II, ambos do CPB (tentativa de homicídio qualificado) (fls. 234, 236, 237, 241/243).

A apelante em suas razões pleiteia por um novo julgamento pelo Tribunal do Júri, por entender que a decisão recorrida foi manifestamente contrária às provas dos autos (fls. 254/256).

Nas contra-razões de fls. 258/260, o Representante do Ministério Público pugnou pelo não provimento da apelação.

O douto Procurador de Justiça opinou pela manutenção integral da decisão ora guerreada (fls. 276/277).

**É o relatório.**

**À Revisão.**

Recife 16 de novembro de 2009.

**Des. Antonio de Melo e Lima**  
**Relator**



125

287

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0197282-9 – 1ª Vara da Comarca de Arcoverde-PE.**  
**APELANTE:** Rosineide da Silva Bezerra  
**APELADO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. RENATO DA SILVA FILHO  
**RELATOR:** DES. ANTONIO DE MELO E LIMA  
**REVISOR:** DES. MAURO DE ALENCAR BARROS  
**ÓRGÃO JULGADOR:** SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL .

**VOTO DO RELATOR**

Senhores Desembargadores

Conforme consta do relatório, trata-se de apelação defensiva sustentando, unicamente, a tese de julgamento manifestamente contrário a prova dos autos.

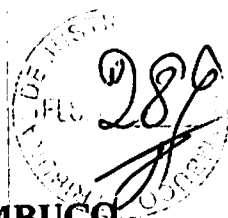
Para melhor esclarecer os fatos imputados à recorrente, trago à colação o seguinte trecho da pronúncia (fls. 181):

“(…) O representante do Ministério Público nesta Comarca denunciou de ROSINEIDE DA SILVA BEZERRA E BRUNA PATRICIA BATISTA NOGUEIRA, qualificadas nos autos, como incursas nas penas do art. 121, § 2º, inc. II c/c artigo 14, II do CPB, pelo fato de: Na noite do dia 09/09/2008, por volta das 21:30 horas, na Rua Argentina, no Bairro JK, nesta cidade, as denunciadas foram presas em flagrante delito por terem efetuado golpes com uma faca peixeira na vítima Josefa Maria da Silva, com *animus necandi*, por motivo fútil, causando-lhe as lesões descritas no laudo de lesão corporal; cumpre acrescentar que alguns dias antes, a denunciada Rosineide discutiu com a vítima, passando, desde então a ameaçá-la de morte; no dia do fato, a vítima encontrava-se deitada na sua casa, preparando-se para dormir, quando escutou vozes detratando uma pessoa; ao sair de casa para verificar o que ocorria, na calçada, um

2



126



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

indivíduo conhecido pela alcunha de Cone tentou lhe golpear com um soco na face, todavia a vítima se esquivou e se defendeu, arremessando uma cadeira; ato continuo tendo a vítima entrado em sua casa, as denúncias foram em sua direção, vindo a desferir-lhe três golpes com sua faca peixeira; todavia as denúncias não alcançaram seu desiderato de matar a vítima porque foram impedidas por EDENIS, que em seguida, socorreu a vítima, levando-a ao Hospital Regional (...)."

Diante desses fatos, a apelante ROSINEIDE DA SILVA BEZERRA foi condenada no plenário do Tribunal do Júri pelo cometimento de uma tentativa de homicídio qualificado.

Registre-se que o Conselho de Sentença entendeu, por maioria, que a pronunciada BRUNA PATRICIA BATISTA NOGUEIRA não teria iniciado a prática de um homicídio, desclassificando tal delito para o de lesão corporal leve (fls. 241/243).

Partindo para o enfrentamento dos argumentos do presente apelo, verifico que a tese acolhida pelo Conselho de Sentença foi a mesma sustentada pela acusação desde o oferecimento da denúncia.

Entendo que a versão aceita pelo Conselho de Sentença encontra lastro no bojo probatório. Portanto, não há como prosperar a tese de que o julgamento foi manifestamente contrário as provas dos autos.

É patente a existência de provas que embasam a decisão escolhida pelo Conselho de Sentença.

A própria apelante, quando ouvida em Plenário, afirmou que partiu para esfaquear a vítima, sendo impedida por terceiros. Acrescentou que o fato aconteceu por conta da bebida que tomou e o móvel do crime foi o fato de a vítima ter falado para outras pessoas que a recorrente era homossexual (f. 226).

Por sua vez, a vítima afirmou que a recorrente lhe desferiu três facadas, uma em cada braço e a terceira no abdômen e que não prosseguiu com o



127

290  
[Assinatura]

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

seu intento graças a intervenção de um terceiro (f. 231).

Ressalto que a versão da vítima foi comprovada pela testemunha Edenis da Silva (f. 232).

Como visto, as provas carreadas aos autos estão em plena sintonia com a versão apresentada pela acusação.

Neste diapasão, entendo ser impossível considerar o julgamento manifestamente contrário à prova dos autos. Ademais, a Jurisprudência é uníssona em afirmar que só é possível anular o julgamento quando o Conselho de Sentença apresenta um veredicto que não encontra qualquer embasamento no bojo probatório.

Dessa forma, quando existem duas teses conflitantes e os Jurados acatam uma delas, como ocorreu nos presentes autos, o julgamento deverá ser mantido, em homenagem ao Princípio Constitucional que assegura a Soberania dos Veredictos.

Por fim, mesmo não tendo sido objeto do presente apelo, merece o registro de que não constatei qualquer mácula com relação a dosimetria da pena, a qual foi dosada no patamar mínimo previsto em lei.

Registre-se que o Douto Procurador de Justiça opinou pela manutenção integral da decisão vergastada.

Diante disso, **NEGO PROVIMENTO AO APELO.**

É como voto.

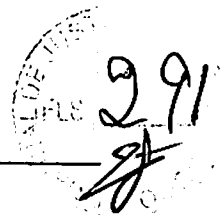
Recife, 01 de Maio de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

128



<b>Apelação Criminal nº:</b>	<b>0197282-9</b>
<b>Comarca Origem:</b>	Arcoverde – 1ª Vara
<b>Apelante:</b>	<b>Rosineide da Silva Bezerra</b>
<b>Apelado:</b>	Ministério Público do Estado de Pernambuco
<b>Relator:</b>	Des. Antônio de Melo e Lima
<b>Revisor:</b>	Des. Mauro Alencar de Barros
<b>Procurador de Justiça:</b>	Renato da Silva Filho
<b>Órgão Julgador:</b>	2ª Câmara Criminal

**VOTO DO REVISOR**

Trata-se de apelação interposta por **Rosineide da Silva Bezerra**, contra decisão do Conselho de Sentença que, analisando a prova dos autos, acolheu a tese da acusação e concluiu que a recorrente praticou o crime de tentativa de homicídio qualificado.

Pugna o apelante por um novo julgamento por entender que a decisão ora questionada é manifestamente contrária às provas dos autos.

No caso sob exame, o Tribunal do Júri acolheu a tese da acusação e, por maioria, entendeu que a ora recorrente cometeu o crime de tentativa de homicídio qualificado contra a vítima Josefa Maria da Silva.

O parecer da D. Procuradoria de Justiça opinou pelo conhecimento e, conseqüente, improvimento do apelo por entender que a decisão do Conselho de Sentença não se confronta com as provas dos autos.

Pois bem.

Analisando-se detidamente a prova dos autos, verifico não assistir razão à apelante. Vejamos.

A própria apelante, quando do seu interrogatório durante a Sessão de Julgamento, afirmou que partiu para cima da vítima a fim de esfaqueá-la, tendo sido impedida de continuar sua ação por terceiros.

Acrescentou a denunciada que acredita que o fato ocorreu em razão da bebida alcoólica por ela ingerida, esclarecendo também que o motivo que a levou a cometer o delito foi o fato da vítima ter falado para outras pessoas que a recorrente era homossexual.

Deve-se observar o informado pela testemunha Edenis da Silva, que presenciou todo o acontecido, tendo sido, inclusive, a pessoa que impediu a apelante de prosseguir com as



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

129

292  
J

agressões que esta vinha fazendo contra a vítima.

Diante do exposto, é de se ressaltar os argumentos do D. Procurador de Justiça em seu parecer:

"Ao contrário do que afirma a apelante, a decisão do Conselho de Sentença não se confronta com a prova dos autos. A leitura das peças ali insertas informam que a apelante, durante uma bebedeira nas proximidades da casa da vítima, passou a detratar a mesma. Uma terceira pessoa que acompanhava as acusadas, chutou a porta da casa da vítima e quando esta saiu, foi recebida a socos. Ato contínuo, a apelante investiu contra Josefa, lesionando-a em várias partes do corpo. O seu propósito de matar a vítima teria sido consumado se não houvesse a intervenção de outra pessoa (fls. 108/109/121). Aliás, em plenário, a própria apelante afirmou que ... 'partiu para esfaquear Josefa...' (fls. 226), numa prova incontestada da sua culpabilidade. O motivo do crime foi uma suposta inimizade da recorrente com a vítima, haja vista que o esposo desta teria sido apontada como infiel. Ora, este móvel se mostra absolutamente desproporcional à conduta delituosa da Recorrente. Assim, também neste ponto, não merece qualquer censura o entendimento dos senhores jurados (...)"

Não há, portanto, haja vista todo o conjunto probatório constante dos autos, como ser acolhido o pleito de que a decisão fere manifestamente as provas coligidas aos autos.

No que se refere à dosimetria, vê-se que o magistrado *a quo* obedeceu aos ditames do sistema trifásico, previsto no artigo 59 do Código Penal, tendo fixado a pena em seu patamar mínimo previsto em lei.

Destarte, em conformidade com o parecer da D. Procuradoria de Justiça, nada há que ser alterado na sentença hostilizada.

Ante o exposto, voto pelo **improvemento** do apelo.

Recife, 05 de 05 de 2009

Des. Mauro Alencar de Barros  
Revisor